



Número: **0000381-37.2019.8.17.2380**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara da Comarca de Cabrobó**

Última distribuição : **19/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Seguro, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
IVANEIDE GONCALVES DOS SANTOS (AUTOR)		LUCIANO ALVES DOS SANTOS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
46960755	19/06/2019 23:59	Petição Inicial	Petição Inicial
46960758	19/06/2019 23:59	PETIÇÃO INICIAL	Petição em PDF
46960759	19/06/2019 23:59	Procuração	Procuração
46960760	19/06/2019 23:59	Documento de identidade da autora	Documento de Identificação
46960761	19/06/2019 23:59	Negativa do pedido de DPVAT	Documento de Comprovação
46960765	19/06/2019 23:59	Documentação Médica_Hospitalar_1	Documento de Comprovação
46960762	19/06/2019 23:59	Documentação Médica_Hospitalar_2	Documento de Comprovação
46960763	19/06/2019 23:59	Documentação Médica_Hospitalar_3	Documento de Comprovação
46960764	19/06/2019 23:59	Certidão de Óbito	Documento de Comprovação
47030010	21/06/2019 09:43	Requerimento de retificação do Valor da Causa e da Gratuidade da Justiça	Requerimento
48043565	02/09/2019 12:36	Despacho	Despacho
59474770	18/03/2020 21:56	Citação	Citação
67142751	28/08/2020 13:57	Certidão	Certidão

PETIÇÃO EM PDF



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CABROBÓ/PE**

IVANEIDE GONÇALVES DOS SANTOS, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade (RG) nº 2.794.400, expedida por SDS/PE, inscrita no CPF/MF nº 684.328.524-49, residente e domiciliada na Fazenda Roça Nova, s/n, Zona Rural, Cabrobó/PE, vem à presença de Vossa Excelência, por seu advogado infra-assinado, propor

AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT

em face de **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74 (5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares), Centro, Rio de Janeiro, CEP: 20031-205, com o seguinte endereço eletrônico: citacao.intimacao@seguradoralider.com.br, pelos fatos e motivos que passa a expor:

PRELIMINARMENTE

DA JUSTIÇA GRATUITA

A autora é pessoa pobre na forma da Lei, não possuindo condições financeiras para arcar com as custas e demais despesas processuais, sem prejuízo do seu sustento e de sua família.

A parte autora, declara que é **ISENTA de declaração anual de imposto de renda pessoa física**. Que atualmente sua única fonte de renda é um **benefício previdenciário (Aposentadoria por Idade)**, no valor mensal de **um salário mínimo**.

Por tais razões, pleiteia-se os benefícios da Justiça Gratuita, assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV e pela Lei 13.105/2015 (CPC), artigo 98 e seguintes.

DOS FATOS

Trata-se de seguro devido em face de acidente de trânsito ocorrido aos 25/05/2015, quando a vítima transitava em motocicleta, na Rodovia BR 428, Km 9,9, cujo acidente ocasionou serias lesões e posterior da **vítima GILVAN GONÇALVES DOS SANTOS** – CPF: 007.986.104-09 – **filho da autora**.

Logo após o acidente a vítima foi socorrida para o Hospital Municipal de Cabrobó/PE (Hospital Dr. Arnaldo Vasconcelos de Alencar).

No dia seguinte (26/05/2015) a vítima foi transferida para o HU / UNIVASF, onde permaneceu internado no período de 26/05/2015 a 15/06/2016 (**386 dias**);

Aos 15/06/2016 a vítima teve alta hospitalar para tratamento em Home Care.

Contudo, aos 23/06/2016 (**oito dias depois**) **a vítima veio a óbito**, em decorrência das lesões causadas pelo acidente.

A vítima era solteiro, não tinha companheira e não deixou filhos.



Diante de tal fato, é devido o pagamento do prêmio segurado, na forma do Art. 3º, inciso I, da Lei nº 6.194/74, o que não foi feito até a presente data, razão pela qual intenta a presente ação.

DO DIREITO

Nos termos do Art. 3º da Lei 6194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Conforme documentação probatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente) e o dano (morte) dele decorrente são inequívocos, fazendo jus o Autor ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do Art. 5º da Lei 6194/74:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Como **provas** temos:

- a) Prova do acidente: Boletim de Ocorrência
- b) Prova do dano decorrente:
 - a. Documentação medica juntada aos autos, na qual consta: existência de **fratura de C3**; comprovação de internação hospitalar no período de 26/05/2015 a 15/06/2016 (386 dias);
 - b. Certidão de Óbito, constando como causa da morte: trauma raquimedular **fratura C3**.

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo Art. 373 do CPC, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, *quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor*.

No presente caso, tem-se em tela um ato ilícito pelo descumprimento de obrigação contratual por parte do Réu, o que se enquadra no Código Civil nos seguintes termos:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Ou seja, pela omissão voluntária do réu, que reflete diretamente num prejuízo ao Autor tem-se configurado um ato ilícito.

No mesmo sentido, o Código Civil dispõe:

Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.



Portanto, trata-se de necessária indenização proporcional ao dano sofrido pelo Autor, conforme precedentes sobre o tema:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PROPORCIONALIDADE. 1- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez permanente parcial, deve ser fixada em valor proporcional ao grau do dano sofrido pela vítima do acidente automobilístico. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJ-GO - AC: 04574988420088090065, Relator: DR(A). SEBASTIAO LUIZ FLEURY, Data de Julgamento: 22/09/2016, 4A CAMARA CIVEL, Data de Publicação: DJ 2124 de 04/10/2016)

Trata-se da necessária aplicação da lei, uma vez que demonstrado o compromisso firmado pelo contrato e a ocorrência do descumprimento, outra solução não resta se não o imediato pagamento do débito, conforme amplamente protegido pelos tribunais.

DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

Insta salientar que a autora já apresentou toda a documentação necessária junto à seguradora, contudo a referida não efetuou o pagamento dos valores devidos.

Diante do exposto, é essencial que a ré junte aos autos cópia dos processos administrativos referente aos sinistros: **3160755118 e 3190040410**, o que desde já se requer.

RENUNCIA DE COTA EM FAVOR DA AUTORA

Considerando que a vítima era solteiro, não tinha companheira e que não deixou filhos, seus pais são legítimos beneficiário do seguro pleiteado.

Contudo, o pai da vítima, o Sr. João Cavalcante dos Santos – CPF 493.982.615-53 **renunciou sua cota parte do seguro pleiteado em favor da autora**, conforme termo de renúncia entregue a seguradora.

Diante do exposto, a autora faz jus ao valor integral da indenização.

CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL

Conforme precedentes sobre o tema, o valor apurado deve sofrer correção monetária a partir da data do sinistro:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. I- CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. Em se tratando de ação de cobrança de seguro DPVAT, a correção monetária incide a partir da data do sinistro, 06/12/2017 Ação de cobrança Seguro DPVAT - NCPD | Modelo Inicial [https://modeloinicial.com.br/peticao/11006099/Acao-cobranca-Seguro-DPVAT-NCPD 5/7](https://modeloinicial.com.br/peticao/11006099/Acao-cobranca-Seguro-DPVAT-NCPD-5/7) ou seja, do efetivo prejuízo, nos termos da Súmula nº 43 do Superior Tribunal de Justiça. II- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PARTE AUTORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. Restando configurada a sucumbência recíproca, devem ser as partes condenadas, proporcionalmente, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, ainda que uma delas seja beneficiária da assistência judiciária, ficando suspensa a cobrança para essa última, segundo o que estabelece o artigo 12 da Lei nº 1.060/50, não havendo se falar do limite de 15% previsto nessa lei, uma vez que ele foi revogado pelo Código de Processo Civil de 1973. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E



DOS PEDIDOS

1. A concessão da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil;
2. A citação do réu, na pessoa de seu representante legal, para, querendo responder a presente demanda;
3. Intimação do réu para juntar aos autos cópia dos processos administrativos (sinistro **3160755118** e **3190040410**), contendo principalmente toda a documentação já apresentada pela autora.
4. A procedência do pedido, com a condenação do Réu ao pagamento imediato das quantias devidas, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidas ainda de juros e correção monetária;
5. A produção de todas as provas admitidas em direito;
6. Manifesta o autor interesse na realização de audiência conciliatória;
7. A condenação do réu ao pagamento de honorários advocatícios nos parâmetros previstos no art. 85, §2º do CPC

Dá-se à causa o valor de R\$ R\$ 13.500,00

Nestes termos, pede deferimento.

Luciano Alves dos Santos
Advogado
OAB/PE: 40702

